

MUNICIPIO DE SAO MANOEL DO PARANA

Estado do Paraná

Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (043) 344-1111 e 344-1183, 644-1100 e 644-1178
 Site: www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br e-mail: contato@saomanueldo-parana.pr.gov.br
 CEP 87.215-000 São Manoel do Paraná - Paraná
 C N P J - 80.905.917/0001-63

PORTARIA N.º 084/2023

Designa Servidora **KATIA APARECIDA MOREIRA**, para desempenhar a função de Coordenação na Divisão de Tesouraria.

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel Do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, a partir de 01 de novembro de 2023 Servidora **KATIA APARECIDA MOREIRA** portadora do RG nº. 9.900.002.2 (SSP-PR), para exercer a função de Coordenação na Divisão de Tesouraria, responsável por pagamentos e recebimentos, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos da Lei Municipal nº 034/2011 de 23 de novembro de 2011, optante e gozando de vencimentos atribuídos ao Cargo de Provimento Especial de AGENTE ADMINISTRATIVO Nível A, de, do Anexo I Tabela de Vencimentos do Quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Complementar 03/2022 de 13 de outubro de 2022, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Conceder Função Gratificada no percentual de 100% (com por cento), do seu vencimento base, conforme art. 29, Lei Municipal nº 034/2011 de 23 de novembro de 2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Praça Municipal "13 de Setembro", de São Manoel do Paraná em 31 de outubro de 2023.

AGNALDO TREVISAN
 Prefeito Municipal
 Assinatura Original

		
<p align="center">PREFETURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ <i>Estado do Paraná</i></p>		
<p align="center">Rua Paris, 86 – telef.: (0xx41) 3684.1260 / 3684.1210 CEP 81630-000 – Curitiba – PR – CEP 75.734.84000-70 e-mail: contabilidade@pmgubape.com.br</p>		
<p align="center">LEI MUNICIPAL Nº 1091/2023</p>		
<p>SÍNULO: Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Especial no Exercício de 2023 da Lei 1051/2022, altera as ações do PPA, Lei nº. 96/2023 e, inclui metas na LDO, Lei nº. 1030/2022 e dá outras providências.</p>		
<p>A Câmara Municipal da Cidade de Guaporé – Estado do Paraná – aprova, a os GILBERTO CASTIGLIONI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:</p>		
<p>Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ou Orçamento Geral do Município, Crédito Especial no valor de R\$ 297.500,00, para abertura de seguintes dotações no orçamento em vigor, assim discriminado:</p>		
<p>13 - CATEGORIA MUNICIPAL - TRANSFERÊNCIAS DE FUNDO PÚBLICO</p>		
<p>004 - Departamento de Cultura</p>		
<p>13.092.0007 2136 - Aplicação Transferências Setor Cultural L.C 195/2022 - Art 8º - Audiotextual</p>		
<p>F004 - 1002 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - L.C Nº 195/2022 - Art 8º - Audiotextual</p>		
<p>3.3.90.39.000.0000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 18.500,00</p>		
<p>13.392.0007 2136 - Aplicação Transferências Setor Cultural L.C 195/2022 - Art 8º - Demais Destinos da Cultura</p>		
<p>F004 - 1054 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - L.C Nº 195/2022 - Art 8º - Demais Destinos da Cultura</p>		
<p>3.3.90.39.000.0000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física 14.900,00</p>		
<p>10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</p>		
<p>004 - Divisão de Nomenclatura Farmacéutica</p>		
<p>13.092.0007 2136 - Aplicação de Antídotos Resolução Sisa 1106/2023</p>		
<p>F004 - 1054 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural L.C Nº 195/2022 - Art 8º - Audiotextual</p>		
<p>4.4.90.52.90.0000 - Equipamentos e Materiais Permanentes 290.000,00</p>		
<p align="right">Total do Art. 1º</p>		297.500,00
<p>Artigo 2º - Para a cobertura ao Crédito Adicional Autorizado na forma do Artigo 1º será utilizado o Excesso de Aproveitamento no valor de R\$ 297.500,00, e em seu registro nas seguintes formas:</p>		
<p align="center">EXCESSO DE APROVEITAMENTO</p>		
Cat Econômica	REMINERAÇÃO DE DEPÓSITO DE RESERVA CONTRASTADA AO SETOR CULTURAL - LEI Nº 4.9.195/2022 - ART 8º - AUDIOTEXTUAL	Valor
1.3.2 - 1.918.1 - 38.00		700,00

[illegible]

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2023 – FMSM/P

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 30 de outubro de 2023.

CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.908.617/0001-63.

CONTRATADA: BOND MOVEIS LTDA – ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 24.868.089/0001-70, com sede na Rua Cassiano Ricardo, nº 1332, Bairro Vargem Grande, CP 83.321-090, Itaipava (41) 91842-1732 e (41) 3657-4562, na cidade de Pinheiras, Estado do Paraná.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MOBÍVEIS SOB MEDIDA, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO PAÇO MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ – PARANÁ.**

ORIGEM: Processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2023 – FMSM/P.

VALOR GLOBAL: R\$ 219.000,00 (Duzentos e dezennove mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: O período de execução é de 60 (sessenta) dias e de vigência é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Paço Municipal “Treze de Setembro” de São Manoel do Paraná, em 30 de outubro de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS – CMDI
Indiápolis – Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº. 011/2023

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos – CMDI de Indiápolis – PR, Aprova a prestação de contas referente ao mês de setembro de 2023, do Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos – FMDI, do município de Indiápolis – Estado do Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos– CMDI do Município de Indiápolis, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal N° 136/2006 de 30/08/2006.

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada, no dia 31/10/2023.


RESOLVE

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas referente ao mês de setembro de 2023, do Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos – FMDI, do município de Indiápolis – Estado do Paraná.

Art.2º. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indiápolis, 31 de outubro de 2023.


MARCELA NERES PRAZERES
Presidente do CMDI


MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114 e 3644-1100
e-mail: prefeitura@saomanoel.pr.gov.br - site: www.saomanoel.pr.gov.br
CNPJ - 80.909.617/0001-63 - CEP. 87215-000

LEI Nº 024/2023

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 04/2016 de 05 de maio de 2016 e dá outras providências".

O **Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná em Exercício**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado o inciso VI e parágrafo único no art. 2º da Lei Municipal nº 04/2016 de 05 de maio de 2016, com a seguinte redação:

"V - Fomento de ração para cães e gatos abandonados nas ruas públicas e para cães e gatos em famílias em estado de vulnerabilidade.

Parágrafo único. Terceira diretriz no fornecimento de ração para cães e gatos em famílias em estado de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, inscritas no CatÚnico e que possuem animais e aos cuidadores de animais abandonados, cadastrados no município".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Municipal "13 de Setembro" de São Manoel do Paraná em 31 de outubro de 2023.

ARNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114/1100
e-mail: pmc@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
C.N.P.J. - 80.909.617/0001-63 - CEP 87215-000

LEI Nº 026/2023

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 024/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017 LEI QUE CRIA O CONSELHO DE ESPORTE E LAZER, INSTITUI O PROGRAMA BOLSA-ATLETA E DA OUTRAS".

O Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Cria o inciso VII, do artigo 2º da Lei Municipal nº 024/2017, com a seguinte redação:

Art. 2º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer tem as seguintes competências básicas:

VII - Gerir, controlar, fiscalizar e avaliar as demais ações pertinentes relativas aos procedimentos e ações do Fundo Municipal para o Esporte."

Art. 2º - Altera o inciso VI, do art. 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer, será constituído por (08) membros, sendo 04 (quatro) indicados pelo Executivo e 04 (quatro) indicados por entidades representativas da sociedade civil como segue:

VI - 01 (um) representante da Associação Esportiva de São Manoel do Paraná.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Municipal "13 de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 31 de outubro de 2023.

AGNALDO THEVRAN
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114/1100
e-mail: pmc@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
C.N.P.J. - 80.909.617/0001-63 - CEP 87215-000

LEI Nº 026/2023

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, A PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS ADICIONAIS DA UNião E/OU DO ESTADO DO PARANÁ, A SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE ENFERMEIRO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, AUXILIARES DE ENFERMAGEM, NA FORMA QUE ESPECIFICAR."

O Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Considerando o estabelecido na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parterira;

Considerando o teor da Emenda Constitucional 127, de 22 de dezembro de 2022, que estabelece que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parterira;

Considerando a Portaria GM/MS nº 907, de 12 de maio de 2023, Portaria GM/MS nº 1.063, de 8 de agosto de 2023, e Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023;

Considerando decisão da ADI 7222;

Considerando a Resolução SESA nº 1332/2023, de 21 de setembro de 2023, e seus Anexos;

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal de São Manoel do Paraná - Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos adicionais da União, decorrentes da Lei Federal nº 14.434 de 04 de agosto de 2022 e Emenda Constitucional 127, de 22 de dezembro de 2022 e/ou do Estado do Paraná, conforme disposto na Resolução SESA nº 1332/2023, de 21 de setembro de 2023, e seus Anexos, nos servidores que exercem a função de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, nos termos desta Lei.

AGNALDO THEVRAN
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114/1100
e-mail: pmc@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
C.N.P.J. - 80.909.617/0001-63 - CEP 87215-000

LEI Nº 026/2023

"O disposto neste artigo se aplica exclusivamente aos profissionais descritos no caput, e se mantém vinculada no período o mantimento do repasse financeiro devido pela União e/ou Estado do Paraná em favor de sua manutenção."

Art. 1º O repasse será efetivado como abono complementar aos servidores ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, proporcionalmente à jornada de trabalho, cuja remuneração não atinja o valor determinado pela Lei Federal nº 14.434 de 04 de agosto de 2022.

Art. 2º O valor do abono complementar a que se refere esta Lei não será considerado para efeito de cálculo de qualquer vantagem pecuniária, exceto no cálculo do décimo terceiro salário e no cálculo do tempo de férias, e incidirão os descontos previdenciários, enquanto perdurar o repasse financeiro da União e/ou Estado do Paraná.

Art. 3º A presente lei se aplica aos servidores estatutários, PSB e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme art. 15-A, da Lei Federal nº 14.434 de 04 de agosto de 2022.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde e nas previstas na Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a primeiro de maio de 2023.

AGNALDO THEVRAN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Indianapolis, 888 - Fone (044) 3644-1147
E-mail: cmamanoel@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
CNPJ - 01.309.021/0001-56

RESOLUÇÃO Nº 046/2023

SÚMULA: Dispõe sobre o Plano de Classificação dos Cargos da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná e das outras providências.

A Câmara Municipal de São Manoel do Paraná, nos termos do artigo 54 de seu Regimento Interno, resolve:

CAPÍTULO I
DO REGIME JURÍDICO

Art. 1º O Plano de Classificação de Cargos dos Servidores da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná obedece ao regime estatutário, conforme Lei Municipal nº 20/1993.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 2º Os cargos de provimento efetivo e em comissão constituem o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná e serão estruturados de acordo com o disposto nesta Resolução.

Art. 3º O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná estrutura-se apenas em duas categorias, compreendendo pelos cargos de provimento efetivo e pelos de provimento em comissão.

§ 1º Os cargos de provimento efetivo são os estabelecidos no Anexo I desta Resolução.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão são os estabelecidos no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º A organização do Plano de Cargos da Câmara Municipal baseia-se nos seguintes conceitos:

I - Cargo Público - É o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, identificando-se pela característica de criação por Lei ou Resolução, denominação própria, número de vaga, carga horária de trabalho e pagamento pelo título municipal;

II - Servidor - É toda pessoa legalmente investida em cargo público;

III - Carreira Horizontal - É o conjunto de CLASSES DE VENCIMENTO de um mesmo cargo;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Indianapolis, 888 - Fone (044) 3644-1147
E-mail: cmamanoel@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
CNPJ - 01.309.021/0001-56

IV - Carreira Vertical - É o conjunto de NÍVEIS DE VENCIMENTO de um mesmo cargo;

V - Tempo de Serviço Público Municipal - É todo o tempo decorrido da data de admissão no serviço público local até a data de vigência desta resolução.

VI - Progresso Horizontal - É a mudança do servidor de sua classe de vencimento para a classe imediatamente superior, no mesmo cargo, por critérios educacionais observados as normas estabelecidas nesta resolução;

VII - Progresso Vertical - É a mudança do servidor de seu nível de vencimento para a sua classe imediatamente posterior, no mesmo cargo, por critérios de merecimento, observadas as normas estabelecidas nesta resolução;

VIII - Vencimento - É a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, nunca inferior a um salário mínimo, sendo vedada a sua vinculação ou equiparação, conforme o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal;

IX - Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e/ou vantagens estabelecidas em lei;

X - Interdição é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilita a progressão ou à promoção;

Parágrafo único. A apuração do tempo de serviço público municipal local será feita em ano, não sendo feitos arredondamentos, considerando-se apenas os anos inteiros.

CAPÍTULO III
DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 9º Os cargos de natureza efetiva constam do Anexo I desta Resolução, ressalvados os outros casos de provimento previstos na legislação municipal vigente, sendo providos por nomeação, precedida de aprovação em concurso público.

Parágrafo único. Nas nomeações para os cargos de provimento efetivo, observar-se o grau de instrução e os demais requisitos exigidos para o cargo a ser ocupado pelo candidato aprovado.

Art. 9º O provimento dos cargos efetivos será autorizado pelo Presidente da Câmara, mediante solicitação da Mesa Diretora, desde que haja dotação orçamentária para atender às despesas dela decorrentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Indianapolis, 888 - Fone (044) 3644-1147
E-mail: cmamanoel@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
CNPJ - 01.309.021/0001-56

Parágrafo único. A Secretaria Geral verificará a existência de dotação orçamentária para fazer face às despesas resultantes do provimento solicitado, encaminhando à Mesa Diretora, quando for o caso, a insuficiência de recursos.

Art. 9º Assumido, o Secretário Geral reverá a Parte Permanente do Quadro de Pessoal para propor à Mesa Diretora, de forma devidamente justificada, a ampliação, redução ou criação de novas classes de cargos e respectivos quantitativos.

Art. 9º O provimento dos cargos em comissão será feito mediante livre escolha do Presidente da Câmara, envia a Mesa Diretora, respeitada a percentual estabelecido em lei, do total da Resolução, para ocupação privativa dos servidores de carreira.

Art. 9º Compete ao Presidente da Câmara expedir os atos de provimento dos cargos do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os atos de provimento deverão necessariamente conter as seguintes indicações, sob pena de nulidade de mesmo:

I - Nome completo do servidor;
II - Denominação do cargo a ser provido;
III - Fundamento legal, bem como nível de vencimento do cargo;
IV - Indicação de que o exercício do cargo se fará conjuntamente com outro cargo municipal, se for o caso.

CAPÍTULO IV
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 10. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período.

Parágrafo único.

Art. 11. O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos para inscrição dos candidatos serão fixados em edital que será divulgado de modo a atender ao princípio da publicidade.

Art. 12. Não se realizará novo concurso público enquanto houver, para os mesmos cargos, candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado.

Parágrafo único. A aprovação em concurso público não gera direito a nomeação, a qual se dará, a exclusivo critério da Administração, dentro do prazo de validade do certame e a forma da lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Indianapolis, 888 - Fone (044) 3644-1147
E-mail: cmamanoel@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
CNPJ - 01.309.021/0001-56

Art. 13. Na realização do concurso público poderão ser aplicadas provas escritas, complementadas ou não por provas orais, teóricas ou práticas conforme as características do cargo a ser provido.

CAPÍTULO V
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 14. Estágio Probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo que o servidor for aprovado, em função de avaliação de desempenho, observada a seguinte forma:

§ 1º Como condição para a aquisição de estabilidade, o servidor atingirá, no decorrer do estágio probatório, o nível de desempenho "B" ou superior, observado o seguinte critério:

I - Assiduidade;
II - Disciplina;
III - Capacidade de iniciativa;
IV - Produtividade;
V - Responsabilidade;
VI - Pontualidade;
VII - Eficiência.

§ 2º O tempo de exercício em outro cargo público, independentemente da instituição que exerceu o cargo público, não extingue o servidor do cumprimento do Estágio Probatório.

§ 3º É competência do chefe imediato, o acompanhamento das atividades do servidor em Estágio Probatório, devendo ser feita a destituição de função, por ausência ou abandono de cargo, durante o qual o servidor não poderá exercer o cargo a ser provido.

§ 4º O relatório referido no § 3º deverá ser encaminhado a qualquer tempo, no decorrer do Estágio Probatório, deste artigo, quando o servidor em Estágio Probatório não apresentar desempenho satisfatório nos requisitos fixados.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
SÃO MANOEL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Indianapolis, 888 - Fone (044) 3644-1147
E-mail: cmamanoel@cmamanoel.com.br ou site@cmamanoel.com.br
CNPJ - 01.309.021/0001-56

§ 5º Fica interrompido o estágio probatório nos seguintes casos:

a) Licença - Maternidade;
b) Exercício de Cargo em Comissão;
c) Durante o curso de Processo Administrativo Disciplinar;
d) Durante o cumprimento de pena resultante de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 15. A Comissão Especial, antes de findar o período do Estágio Probatório, emitirá parecer sobre o desempenho do servidor em função de conclusão do Estágio Probatório, submetendo à homologação da autoridade competente que decidirá sobre a concessão ou estabilidade do servidor.

CAPÍTULO VI
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 16. Fica institucionalizada na Câmara Municipal de São Manoel do Paraná o sistema de progressão funcional para os seus servidores, de acordo com a Tabela Individual de Vencimentos, escalonada em classes de vencimentos em progressão horizontal, para os cargos públicos efetivos definidos através desta Resolução.

§ 1º Na progressão horizontal o nível inicial de todos os graus de escolaridade será o nível "A".

§ 2º Após o cumprimento do estágio probatório, para os cargos públicos cujo requisito de ingresso sejam "Ensino Médio", "Ensino Técnico", o servidor terá a progressão horizontal para a classe "B" de 5% automaticamente.

§ 3º Após o cumprimento do estágio probatório, para os cargos públicos cujo requisitos de ingresso sejam "Ensino Superior", o servidor terá a progressão horizontal para a classe "C" de 10% automaticamente.

§ 4º A progressão horizontal em razão da escolaridade de uma Classe para outra, para os cargos públicos cujo requisitos de ingresso sejam o "Alfabetizado", "Ensino Fundamental", se dará da seguinte forma:

I - Da classe "A" para a classe "B" - 5% de avanço, desde que comprovada conclusão do ensino médio por histórico escolar, sendo admitido apenas um título e um único avanço nesta classe.

a) A solicitação progressão da classe "A" para a classe "B" prevista no inciso I poderá ocorrer em qualquer momento, após a entrada em vigência da presente resolução.

a) A solicitação progressão da classe "A" para a classe "B" prevista no inciso I poderá ocorrer em qualquer momento, após a entrada em vigência da presente resolução.

II - Da classe "B" para a classe "C" - 10% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

III - Da classe "C" para a classe "D" - 10% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

IV - Da classe "D" para a classe "E" - 10% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

V - Da classe "E" para a classe "F" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

VI - Da classe "F" para a classe "G" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

VII - Da classe "G" para a classe "H" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

VIII - Da classe "H" para a classe "I" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

IX - Da classe "I" para a classe "J" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

X - Da classe "J" para a classe "K" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XI - Da classe "K" para a classe "L" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XII - Da classe "L" para a classe "M" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XIII - Da classe "M" para a classe "N" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XIV - Da classe "N" para a classe "O" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XV - Da classe "O" para a classe "P" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XVI - Da classe "P" para a classe "Q" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XVII - Da classe "Q" para a classe "R" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XVIII - Da classe "R" para a classe "S" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XIX - Da classe "S" para a classe "T" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XX - Da classe "T" para a classe "U" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXI - Da classe "U" para a classe "V" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXII - Da classe "V" para a classe "W" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXIII - Da classe "W" para a classe "X" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXIV - Da classe "X" para a classe "Y" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXV - Da classe "Y" para a classe "Z" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXVI - Da classe "Z" para a classe "AA" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXVII - Da classe "AA" para a classe "AB" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXVIII - Da classe "AB" para a classe "AC" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXIX - Da classe "AC" para a classe "AD" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXX - Da classe "AD" para a classe "AE" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXI - Da classe "AE" para a classe "AF" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXII - Da classe "AF" para a classe "AG" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXIII - Da classe "AG" para a classe "AH" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXIV - Da classe "AH" para a classe "AI" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXV - Da classe "AI" para a classe "AJ" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXVI - Da classe "AJ" para a classe "AK" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXVII - Da classe "AK" para a classe "AL" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXVIII - Da classe "AL" para a classe "AM" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XXXIX - Da classe "AM" para a classe "AN" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XL - Da classe "AN" para a classe "AO" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLI - Da classe "AO" para a classe "AP" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLII - Da classe "AP" para a classe "AQ" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLIII - Da classe "AQ" para a classe "AR" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLIV - Da classe "AR" para a classe "AS" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLV - Da classe "AS" para a classe "AT" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLVI - Da classe "AT" para a classe "AU" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLVII - Da classe "AU" para a classe "AV" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLVIII - Da classe "AV" para a classe "AW" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

XLIX - Da classe "AW" para a classe "AX" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

L - Da classe "AX" para a classe "AY" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LI - Da classe "AY" para a classe "AZ" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LII - Da classe "AZ" para a classe "BA" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LIII - Da classe "BA" para a classe "BB" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LIV - Da classe "BB" para a classe "BC" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LV - Da classe "BC" para a classe "BD" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LVI - Da classe "BD" para a classe "BE" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LVII - Da classe "BE" para a classe "BF" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LVIII - Da classe "BF" para a classe "BG" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LIX - Da classe "BG" para a classe "BH" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LX - Da classe "BH" para a classe "BI" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXI - Da classe "BI" para a classe "BJ" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXII - Da classe "BJ" para a classe "BK" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXIII - Da classe "BK" para a classe "BL" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXIV - Da classe "BL" para a classe "BM" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXV - Da classe "BM" para a classe "BN" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXVI - Da classe "BN" para a classe "BO" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXVII - Da classe "BO" para a classe "BP" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXVIII - Da classe "BP" para a classe "BQ" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXIX - Da classe "BQ" para a classe "BR" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXX - Da classe "BR" para a classe "BS" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXXI - Da classe "BS" para a classe "BT" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.


LXXII - Da classe "BT" para a classe "BU" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXXIII - Da classe "BU" para a classe "BV" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXXIV - Da classe "BV" para a classe "BW" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXXV - Da classe "BW" para a classe "BX" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhecido ou registrado por instituição nacional competente, podendo ocorrer em qualquer momento, através de solicitação do servidor público ao Departamento responsável.

LXXVI - Da classe "BX" para a classe "BY" - 20% de avanço, desde que comprovada conclusão de curso de pós-graduação de nível Médio "Título semi" credenciado pelo Conselho Federal de Educação e quando realizado no exterior, devidamente reconhec



MUNICÍPIO DE CIANORTE
ESTADO DO PARANÁ

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 525/2019
PREGÃO Nº 164/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em limpeza em desinsetização e desratização, limpeza e higienização de reservatórios de água das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais órgãos da SMS, além das instalações e setores administrados pela SIMEC.

Pelo presente Termo Aditivo resultante do contrato e certame descrito acima, que celebraram entre si o Município de Cianorte - Pr, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Marco Antonio Franzato, Portador da Cédula de Identidade RG nº 30370277SS/PR, e do CPF nº 306.800.859-04, aqui denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa DESINSETIZADORA NOROESTE -SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. Goiás, 1613, Zona 04, CEP 87.210-018, na cidade de Cianorte, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.261.462/0001-50, telefone (44)351-7152, Email: dedetizadornordeste@hotmail.com, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Silvério Candido da Silva, portador da Cédula de Identidade 707.889-7/SS/PR e do CPF 186.246.939-34, residente e domiciliado em Cianorte/Paraná, doravante denominado, simplesmente CONTRATADA, tão justo e acordado o quanto adiante se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO HISTÓRICO DO CONTRATO

Contrato					
Contrato	Data de assinatura	Execução até	Vigência até	Valor total	
525/2019	01/11/2019	01/11/2020	01/11/2020	R\$ 375.985,66	

Aditivos

N.º Aditivo	Motivo	Execução até	Vigência até	valor	Valor total
Primeiro	Valor			R\$ 1.137,36	R\$ 377.123,02
Segundo	Prazo e Valor	01/11/2021	01/11/2021	R\$ 375.985,66	R\$ 753.108,68
Terceiro	Valor			R\$ 1.137,36	R\$ 754.246,04
Quarto	Valor			R\$ 92.550,32	R\$ 846.796,35
Quinto	Prazo e valor	01/11/2022	01/11/2022	R\$ 514.811,13	R\$ 1.361.607,48
Sexto	Prazo e valor	01/11/2023	01/11/2023	R\$ 514.811,14	R\$ 1.876.418,62

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução e vigência até 01/11/2024.

2.2 O valor unitário não será reajustado.

2.3 Acrescenta-se ao contrato o valor de R\$ 514.811,14 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos e onze reais e quatorze centavos).

Item	Códigos	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
2	42497	Serviço de desinsetização e desratização por m², aplicação e monitoramento mensal interno e externo, conforme normas da resolução nº 52/2009. As desinsetizações e desratizações gerais deverão ser	M²	578.439,48	R\$ 0,89	R\$ 514.811,13

Ficando o contrato com o valor total de R\$ 2.391.229,75 (dois milhões e trezentos e noventa e um mil e duzentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos).

Dotação orçamentária: 08.002.10.301.0007.2048 – Manutenção dos Postos de Saúde 339039 fonte 31494 e 32494
08.003.10.302.0009.2049 – Manutenção do Posto Atendimento 339039 fonte 303 e 31019
08.004.10.304.0007.2056 – Manutenção da Vigilância em Saúde 339039 fonte 494 e 510
08.005.10.122.0004.2057 – Manutenção da Divisão de Administração 339039 fonte 303
08.008.10.302.0009.2145 – Manutenção do CAPS 1339039 fonte 303
08.008.10.302.0009.2060 – Manutenção do CAPS Adulto 339039 fonte 303
09.002.12.361.0010.2066 – Manutenção das Escolas 339039 fonte 3107
09.002.12.361.0010.2069 – Manutenção das Escolas 339039 fonte 3107

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais cláusulas, itens e condições do Contrato descrito acima, desde que não conflitem com o presente TERMO ADITIVO.

Por estarem assim, justos e concordos, firmam o presente Termo Aditivo, os representantes das partes.


Cianorte - PR, em 25 de outubro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Município de Cianorte
CONTRATANTE

Silvério Candido da Silva
DESINSETIZADORA NOROESTE -SERVIÇO DE
DESINSETIZAÇÃO LTDA
CONTRATADA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



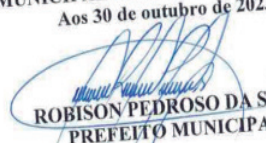
PORTARIA Nº 217/2023


O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA,
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal
Senhora Lucia Moreira da Silva, auxílio doença de 180 (cento e oitenta) dias no período
de 30/10/2023 a 26/04/2023, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº
1.710/2019 de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 30 de outubro de 2023.


ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE: (0xx44) 3607-1280
e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com
CEP 87220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME - EPP - MEI
LOCAL E REGIONAL

LICITAÇÃO Nº 135/2023
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, torna público que às 09:00 Horas do dia 20/11/2023, fará realizar na Prefeitura Municipal de São Tomé, à Praça Professor Pedro Fecchio, 248, PREGÃO, conforme especifica abaixo.

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE RESMAS DE SULFITE PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ E SEUS DEPARTAMENTOS. O Critério de julgamento será o menor preço Por lote.

VALOR MÁXIMO: R\$ 113.600,00 (Cento e Treze Mil e Seiscentos Reais).

O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias úteis, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 044 3607-1280.

São Tomé, 31/10/2023.

KARINE STTOCO NASCIMENTO
Pregoeira



MUNICÍPIO DE CIANORTE
ESTADO DO PARANÁ

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 485/2022
Tomada de Preço Nº 09/2022
Repúblicado por incorreção

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra para construção de um barracão industrial, escritório e instalações para a Coleta de Recicláveis.

Pelo presente Termo Aditivo resultante do contrato e certame descrito acima, que celebraram entre si o Município de Cianorte - Pr, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Marco Antonio Franzato, Portador da Cédula de Identidade RG nº 30370277SS/PR, e do CPF nº 306.800.859-04, aqui denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa URBANA SERVIÇOS AMBIENTAIS E OBRAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede à RUA PRIMAVERA, 111, RESIDENCIAL VENEZA, CEP 87203020, na cidade de CIANORTE/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.093.567/0001-09, telefone (44) 99993-6806, Email: urbanaambiental01@outlook.com, neste ato representada pelo Sr. Leandro Cristiano Auerbach, portador da Cédula de Identidade 9.461.637-9/ e do CPF 050.847.869-35, residente e domiciliado em CIANORTE/PR, doravante denominado, simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o quanto adiante se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO HISTÓRICO DO CONTRATO

Contrato				
Contrato	Data de assinatura	Execução até	Vigência até	Valor total
485/2022	30/06/2022	25/02/2023	30/06/2023	R\$ 852.381,77

Aditivos

N.º Aditivo	Motivo	Execução até	Vigência até	valor	Valor total
1	Prazo	28/08/2023	30/09/2023		
2	Prazo	28/11/2023	30/12/2023		

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O presente termo aditivo tem por objetivo acrescentar o valor de R\$ 52.247,30 (cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e sete reais e trinta centavos), ficando o contrato com o valor total de R\$ 904.629,07 (novecentos e quatro mil e seiscentos e vinte e nove reais e sete centavos).

Dotação orçamentária: 14.002.18.541.0020.1042 449051 fonte 1000

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas, itens e condições do Contrato descrito acima, desde que não conflitem com o presente TERMO ADITIVO.

Por estarem assim, justos e concordos, firmam o presente Termo Aditivo, os representantes das partes.

Cianorte - PR, em 16 de outubro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Município de Cianorte
CONTRATANTE

Leandro Cristiano Auerbach
URBANA SERVIÇOS AMBIENTAIS E
OBRAS EIRELI
CONTRATADA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2023-PMJ
PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO EDITAL

A Prefeitura do Município de Jussara-Pr, por meio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em decorrência da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2023, que tem por objeto aquisição de brinquedos para serem doados às crianças do município de Jussara em comemoração às festividades natalinas, torna pública e oficializa a presente ALTERAÇÃO ao Edital e Termo de Referência em epígrafe, conforme disposições a seguir:

Tendo em vista um equívoco durante a análise e elaboração do objeto licitado, sendo especificamente o item nº 02 (boneca) no que se refere ao seu descritivo, informo que restaram dúvidas quanto aos componentes de emissão de música e luzes no brinquedo.

Dessa forma, visando não restringir a possível participação de interessados no certame, ampliando a concorrência, solicito a **retificação da descrição do item nº 02 – Boneca - no Termo de Referência.**


01) **FICA ALTERADO** o Edital de Pregão Presencial nº 53-2023 bem como seu termo de Referência, passando a conter a seguinte redação:

02 - Altera-se o Edital e o Termo de referência no que diz respeito ao Item n. 02 - Boneca: Onde se lê: Boneca de plástico, com roupa e asas de fada, sapatinho e cabelo colorido, acompanha um acessório, emite música e luzes coloridas, já vem com bateria, braços articulados. LEIA-SE: Boneca de plástico, com roupa e asas de fada, sapatinho e cabelo colorido, acompanha um acessório, braços articulados.


03 - As demais cláusulas e condições do Edital e Termo de Referência permanecem inalteradas

Paço Municipal de Jussara, em 31 de outubro de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO 6462/2023

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.870 de 07/12/2022.

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 108.400,00 (cento e oito mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:


Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0542	06	006	1278200162018	01000	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	3.3.90.33	41.000,00
0644	07	002	0824400082023	00934	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	3.3.90.30	7.400,00
1018	10	004	1030200092035	00303	Manutenção das Atividades do Hospital Municipal	3.3.90.30	50.000,00
1160	11	001	2781200122041	01000	Manutenção das Atividades de Esportes, Turismo e Lazer	3.3.90.39	10.000,00
TOTAL							108.400,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado recurso proveniente do cancelamento parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0006	02	001	0412200022001	01000	Manutenção das Atividades de Coordenação Superior	3.3.90.14	10.000,00
0008	02	001	0412200022001	01000	Manutenção das Atividades de Coordenação Superior	3.3.90.33	10.000,00
0014	02	001	0412200022001	01000	Manutenção das Atividades de Coordenação Superior	4.4.90.52	10.000,00
0083	03	001	0412200062005	01000	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	3.3.90.93	5.000,00
0123	03	003	0412300042008	01000	Manutenção das Atividades de Contabilidade	3.3.90.30	3.000,00
0182	04	002	0412600222011	01000	Manutenção das Atividades de Tecnologia e Informática	4.4.90.52	5.300,00
0340	06	002	1236100102014	01000	Manutenção das Atividades da Escola Municipal Júlia Alves Soares	3.3.90.35	7.700,00
0654	07	002	0824400082023	00934	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	3.3.90.39	7.400,00
1022	10	004	1030200092035	00303	Manutenção das Atividades do Hospital Municipal	3.3.90.32	15.000,00
1036	10	004	1030200092035	00303	Manutenção das Atividades do Hospital Municipal	3.3.90.39	24.400,00
1040	10	004	1030200092035	00303	Manutenção das Atividades do Hospital Municipal	3.3.90.40	10.600,00
TOTAL							108.400,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2023, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2023 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.



Município de Cianorte/PR
Aviso de Edital de Processo Seletivo Simplificado
PSS DA SAÚDE - EDITAL 03/2023

O Município de Cianorte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com autorização do Exmo. Sr. Prefeito e de acordo com a legislação em vigor, torna público, para conhecimento a quem possa interessar, a realização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a contratação temporária de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 horas (10 vagas) para a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Edital nº 03/2023, publicado na íntegra no órgão Oficial do Município, Edição eletrônica nº 2695, Terça-feira, 31 de outubro de 2023. A inscrição ocorrerá no período de 07/11/2023 a 14/11/2023 e deve ser efetuada pelo próprio candidato ou portador de procuração específica cuja assinatura tenha reconhecimento de firma, junto à Comissão do PSS, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida América, nº 5080, Zona 05, de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 11h30min ou das 13h30min às 16h30min. Não haverá pagamento de taxa de inscrição. A seleção será feita por meio de prova classificatória. A divulgação das notas definitivas e da classificação final está prevista para 06/12/2023. A seleção valerá por um ano podendo ser prorrogada por igual período. Outras vagas para o PSS poderão ser disponibilizadas conforme necessidade do Município. A íntegra do presente Edital está à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.cianorte.pr.gov.br.

Cianorte, 31/1/2023.

NEILSON ETANIO DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde



CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931.0001-47
www.cicenop.com.br

RESOLUÇÃO Nº 110/2023

Dispõe sobre nomeação de empregado público ocupante de Cargo em comissão do quadro de pessoal da entidade.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICENOP, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NO QUE DISPÕE O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CICENOP.

RESOLVE:

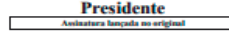
Art. 1º. Nomear o senhor Jean Carlos Negri Romagnolo portador da C/RG nº. 9.923.075-4 da SSP/Pr e CPF nº. 061.503.939-17, para exercer o cargo em comissão de **Assessor Executivo**, da Estrutura Organizacional da Divisão da Secretaria Executiva do CICENOP, símbolo CC4, a partir do dia 01 de novembro de 2023.

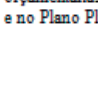
Art. 2º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se.

Cianorte-Pr, 31 de outubro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Presidente





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PAÇO MUNICIPAL Prefeito Romildo Rufato

Jussara, 31 de Outubro de 2023.

Original Assinado
ROBISON PEDROSO DA SILVA
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO


O Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO

I – A homologação do procedimento administrativo referente ao Processo de Licitação nº 087/2023-CMC, PREGÃO ELETRÔNICO sob o nº 004/2023, tendo como objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara Municipal de Cianorte.**

II – A adjudicação do objeto da licitação para a empresa **ROSELI ALMEIDA CRUZ INSTALAÇÕES LTDA**, como vencedora dos itens nºs 01, 02, 03 e 04, totalizando o valor de R\$ 13.525,80 (treze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), para o período de 12 meses.

Cianorte, 31 de outubro de 2023.


WILSON LUIZ PERES PEDRÃO
Presidente



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 217/2023

JULIANO TREVISAN CORDEIRO,
Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:


Art. 1º - **CONCEDER** Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 1998 a 18 de agosto de 2003, ao Senhor servidor **MELCHIADES SEBASTIÃO DA SILVA**, matrícula nº 88, ocupante do cargo de **MOTORISTA**, a ser usufruída no período de 31 de outubro de 2023 a 28 de janeiro de 2024, conforme Art. 154 da Lei Complementar n.º 048/2022 de 22 de dezembro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO” DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de outubro de 2023.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
Prefeito do Município de Indianópolis

www.indianopolis.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 218/2023

JULIANO TREVISAN CORDEIRO,
Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2003 a 18 de agosto de 2008, ao Senhor servidor **VANDIR SATURNINO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 133, ocupante do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS**, a ser usufruída no período de 1º de novembro de 2023 a 29 de janeiro de 2024, conforme Art. 154 da Lei Complementar n.º 048/2022 de 22 de dezembro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO” DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de outubro de 2023.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
Prefeito do Município de Indianópolis

www.indianopolis.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 219/2023

JULIANO TREVISAN CORDEIRO, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** Férias de 30 (trinta) dias, aos servidores abaixo, a serem usufruídas no período de 1º de novembro de 2023 a 30 de novembro de 2023.

MAT	FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
837	Ademir Ribeiro de Mello	Motorista	07/05/2019 a 06/05/2020
742	Maleus Benedito Coles	Agente de Serviços Gerais	02/05/2022 a 01/05/2023
402	Mudrey Martins Klein	Agente Administrativo	18/02/2021 a 17/02/2022
623	Simone da Silva Belizario Gomes	Agente de Serviços Gerais	12/01/2022 a 11/01/2023
884	Thais Fernanda Trevizani Crepaldi	Agente de Saúde	25/03/2022 a 24/03/2023
457	Paulo Ribeiro de Mello	Oficial de Obras	01/02/2022 a 31/01/2023
480	Valdir Rogelli de Menezes	Oficial Administrativo	01/06/2022 a 31/05/2023

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO” DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de outubro de 2023.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
Prefeito do Município de Indianópolis

www.indianopolis.pr.gov.br